

09 ABR 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# TJ rejeita recomendação para economizar R\$ 73 milhões

### Secretário da Fazenda enviou ofício ao Poder Judiciário



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, não gostou de um ofício que recebeu do secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, recomendando que o órgão reduza suas despesas em R\$ 73 milhões este ano para colaborar com o ajuste fiscal do governo. Vasconcelos determinou ao diretor-geral do TJ, Alvacir Guimarães que devolvesse o ofício enviado.

Em nota divulgada no site do tribunal, o magistrado afirmou que "fazendo valer sua autoridade no comando do Poder Judiciário, justificou a devolução alegando que não admite ingerência de um secretário no Tribunal de Justiça, essa competência é reservada aos Chefes de Estado".



Mauro Costa quis enquadrar outros poderes na economia do governo

09 ABR 2015

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Justiça bloqueia R\$ 160 mi da Queiroz Galvão

 A Justiça Federal decretou liminarmente o bloqueio de R\$ 163,5 milhões da empresa Queiroz Galvão – uma das construtoras suspeitas de participarem do esquema de corrupção, desvio e lavagem de dinheiro da Petrobras descoberto pela Operação Lava Jato.

O dinheiro confiscado refere-se a um precatório a ser pago pelo governo

do estado de Alagoas à Queiroz Galvão. Na avaliação da Justiça, o bloqueio é necessário para que haja a recuperação do dinheiro oriundo de crime.

A Queiroz Galvão afirmou, por meio de nota oficial, que ainda não foi notificada pela Justiça sobre o bloqueio, mas ressaltou que os créditos que tem a receber do Governo de Alagoas são legítimos. ●

## Audidores suspeitos têm patrimônios milionários

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) descobriu que os auditores fiscais da Receita Estadual, presos por suspeita de corrupção em Londrina, são proprietários de imóveis e carros de luxo, fazendas e empresas. Segundo as investigações, os auditores fiscais investigados ganham, em média, R\$ 30 mil por mês. Para a promotoria, esse patrimônio não poderia

ser obtido só com dinheiro do salário.

“Isso significa que a pessoa não teria tido qualquer gasto, e ainda teve o valor dos seus vencimentos duplicado. Os bens foram comprados e a pessoa não tem como justificar outra fonte de renda lícita que pode fazer frente à aquisição desses bens de valores tão altos”, explica a promotora Leila Schimiti. ●

## NOTA POLÍTICA

### Vaccari livre

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, deponha na CPI da Petrobras, nesta quinta (9), na condição de acusado, e não de testemunha. Na prática, isso significa que ele fica desobrigado de falar a verdade, poderá ficar calado durante a sessão, além de não poder ser forçado a confessar algum crime.

09 ABR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-assessor liga Abi a auditores da Receita

Marcelo Caramori revela, ao longo de depoimento ao Gaeco, ter relações próximas com parente distante de Beto Richa

66

*Abi foi responsável pela escolha de Lima para alto cargo na Receita*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O fotógrafo Marcelo Caramori, mais conhecido como Tchello, que trabalhou como assessor da Casa Civil do governo do Paraná até janeiro deste ano, quando foi preso suspeito de participar de um esquema de exploração sexual de adolescentes, declarou em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que existem ligações estreitas entre o auditor da Receita Estadual de Londrina Márcio Albuquerque de Lima e Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), apontado em denúncia já aceita pela Justiça como mentor da fraude ao procedimento de dispensa de licitação para a contratação emergencial da Providence, oficina mecânica da qual Abi seria o verdadeiro proprietário.

Lima, por sua vez, é apontado como chefe do esquema que envolve pelo menos dez fiscais da Receita em Londrina, que cobravam propinas vultosas de empresários da região para fazer vistas grossas a casos de sonegação de ICMS. O auditor, que já foi o delegado da Receita de Londrina, teve a prisão decretada em decorrência da Operação Publicanos, mas não se apresentou e é considerado foragido. Abi também chegou a ser preso por ser o "cabeça" da fraude para contratar sua empresa, mas obteve habeas corpus do Tribunal de Justiça (TJ).

Em depoimento prestado em 5 de fevereiro, Caramori, que responde pelo crime de estupro de vulnerável, disse, ao fazer acordo de delação premiada, que Lima exercia "importante tarefa nesse esquema engendrado por Luiz Abi, já que foi nomeado pelo governador Beto Richa como inspetor geral de fiscalização", referindo-se à no-

meação que perdurou até 2 de março, dois dias antes do cumprimento de mandado de busca e apreensão em seu gabinete, em Curitiba, e em sua residência.

Caramori disse ainda que Abi foi o responsável pela escolha de Lima para o alto cargo na Receita do Paraná, o que permitiria que auferisse altos lucros com o esquema de cobrança de propina. "Para colocar em prática os planos já referidos, escolheu Márcio Lima como inspetor geral de fiscalização (da Receita Estadual), sendo que, em decorrência deste cargo estratégico, possibilitaria a Luiz Abi e Paulo Midauar estabelecerem importante plano de ação, no sentido de possibilitar, a um só tempo, grandes lucros ao grupo de Luiz Abi e vultosa lesão aos cofres do Estado".

**CONTINUA**

09 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Paulo Roberto Midauar, réu no caso da fraude na contratação da Providence e investigado no esquema dos fiscais, é um empresário que seria dono de uma distribuidora de combustíveis em Bandeirantes e cuja irmã foi nomeada recentemente como chefe do Instituto Ambiental (IAP) de Cornélio Procopio. Considerado amigo próximo de Abi, Midauar segue preso.

Segundo o ex-assessor, Abi e Midauar "utilizavam empresas para deixar de recolher o ICMS devido aos cofres públicos ou então facilitavam a recuperação de créditos de ICMS". Caramori disse ainda que o fato de possuir uma distribuidora de combustíveis torna de "extrema importância seu contado direto com Luiz Abi e com cargos estratégicos junto à Receita do Estado". Porém, o suposto modo de ação da dupla não é descrito ou detalhado pelo delator.

Até agora, os promotores do Gaeco não confirmam influência direta de Abi no esquema de propina da Receita.

CONTINUA

09 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# *Primo seria 'o grande caixa financeiro do governador'*

Marcelo Caramori revela, ao longo do depoimento, ter relações próximas com Luiz Abi Antoun e conta como, aos poucos, passou a ser amigo de auditores investigados tanto por cobrança de propina como por envolvimento em um esquema de exploração sexual de adolescentes, incluindo Luiz Antonio de Souza (preso em janeiro em um motel com uma adolescente) e José Luiz Favoreto.

O ex-assessor diz que foi indicado para Beto pelo então secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, porque sempre fazia fotografias de solenidades das polícias civil e militar. Após assumir o cargo, foi "investigado" por Abi. "Logo em seguida à assunção ao cargo de fotógrafo, assim como sua aproximação do governa-

dor Beto Richa, Luiz Abi Antoun, passou a investigar o declarante, já que lhe incumbia, entre outras atribuições, verificar os reais propósitos das pessoas que gravitavam e conviviam com o governador Beto Richa".

Caramori também contou fatos já conhecidos: o suborno a um policial do Gaeco, que recebia valor mensal (com autorização judicial) para passar informações privilegiadas ao grupo de auditores; a fraude para a contratação da Providence; a intenção do grupo autor da fraude, encabeçado por Abi, de permanecer prestando serviços de manutenção das viaturas do Estado após consumada a licitação de R\$ 57 milhões.

### CAIXA DE CAMPANHA

Outra revelação do fotógrafo é de que Abi seria

"o grande caixa financeiro do governador Beto Richa". Sua atribuição seria "bancar campanhas políticas e arrecadar dinheiro proveniente de vários órgãos do Estado". O ex-assessor, no entanto, não revela detalhes.

Por meio de nota, o PSDB rechaçou as declarações de Caramori e afirmou que Abi não tratou de arrecadação para a campanha eleitoral. "Essa tarefa era de responsabilidade do Comitê Financeiro, do qual o Sr. Luiz Abi Antoun nunca fez parte", diz o texto. O partido também pretende processar o ex-assessor, preso por envolvimento em esquema de exploração sexual de menores. Ainda reforça que as contas de campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

A assessoria de imprensa do governo do Paraná afirma que Abi "não exerce e nunca exerceu qualquer influência" na administração estadual. (L.C./Colaborou Luiz Fernando Wiltemburg)

---

*Abi "nunca exerceu qualquer influência" na administração estadual, diz governo*

# Justiça bloqueia R\$ 163 mi de empreiteira

Flávio Ferreira  
Folhapress

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro determinou o bloqueio de um crédito de R\$ 163 milhões que a construtora Queiroz Galvão, investigada na Operação Lava Jato, tem a receber do governo do estado de Alagoas. É a primeira vez que Moro determina o sequestro de valores de uma empreiteira acusada de participação no esquema de corrupção descoberto na Petrobras. Anteriormente, o magistrado só havia autorizado o bloqueio de bens de executivos das companhias suspeitos de participação nos crimes ligados à estatal.

Meses atrás, o Ministério Público Federal já havia requerido os sequestros de ativos das empresas, mas Moro negou os pedidos. Ao analisar os requerimentos anteriores da Procuradoria, o juiz afirmou que "considerando a magnitude dos crimes e o tempo pelo qual se estenderam, não há condições de bloquear de imediato 5% ou 10% do montante dos contratos celebrados com a Petrobras ou mesmo sobre estimado ganho ilícito da empresa, sob pena de imediatos problemas de liquidez e de possível quebra das empresas".

À época, ele argumentou que o bloqueio teria impacto significativo para terceiros, já que as maiores empreiteiras do País tinham diversas obras públicas espalhadas no terri-

tório nacional. "Melhor focar, no presente momento, a recuperação dos ativos sobre os dirigentes responsáveis pelos crimes, sem prejuízo de futuras medidas contra as empresas", afirmou.

Porém, o Ministério Público Federal voltou pedir o bloqueio em março, desta vez relativo a um precatório no valor de R\$ 163 milhões que a Queiroz Galvão tem a receber do governo de Alagoas.

O precatório não tem ligação com contratos da Petrobras e resultou de um decisão judicial da 17ª Vara Cível de Maceió (AL). Sobre esse crédito específico, o juiz apontou em decisão da última segun-

da-feira que o quadro é diferente, porque os valores ainda não estão disponíveis à construtora e que o sequestro do montante não afetará a liquidez da empresa. "Por outro lado, no processo criminal, o montante pago a título de propina a agentes públicos constitui produto do crime que deve ser recuperado. Respondem por esses valores tanto o agente público como

o corruptor", completou.

## DOCUMENTOS

Na decisão, Moro apontou que há documentos encontrados nas buscas da Lava Jato que indicam a participação da Queiroz Galvão no esquema de corrupção na Petrobras. O juiz mencionou quatro notas fiscais emitidas por empresas de fachada do doleiro Alberto Youssef para o Consórcio Ipojuca Interligações, integrado pela Queiroz Galvão e a companhia IESA, no valor total de R\$ 1,3 milhão.

O magistrado citou também um contrato de consultoria assinado entre a Queiroz Galvão e a empresa do ex-diretor de

Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, com data de março de 2013, no valor de R\$ 600 mil, e respectivas notas fiscais. De acordo com o juiz, "o próprio Paulo Roberto reconheceu que esses contratos destinavam-se a disfarçar o repasse a ele de propinas cujo pagamento havia ficado pendente e que os serviços não teriam, total ou parcialmente, sido prestados".

Documentos encontrados  
nas buscas da Lava Jato  
indicam a participação da  
Queiroz Galvão no esquema  
de corrupção na Petrobras

**Decisão é  
liminar e cabe  
recurso ao TRF  
da 4ª Região**

09 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Moro também lembrou que Costa e Youssef já apontaram o envolvimento da Queiroz Galvão no esquema. Na sétima fase da Lava Jato, deflagrada em novembro, foi decretada a prisão temporária (com duração de cinco dias) de dois executivos da Queiroz Galvão, Ildefonso Colares Filho e Othon Zanoide de Moraes Filho. Após o fim do prazo da detenção, eles foram liberados.

A Justiça Federal já abriu ações penais contra executivos de seis empreiteiras associadas ao esquema de corrupção na Petrobras, mas até agora o Ministério Público não propôs nenhuma ação contra a Queiroz Galvão e seus diretores.

A Polícia Federal afirma que as investigações sobre a atuação da construtora nos crimes investigados pela Operação Lava Jato ainda não foram concluídas. A decisão de bloqueio do crédito de R\$ 163 milhões da Queiroz Galvão tem caráter liminar. Cabe recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em nota, a Queiroz Galvão informou que não foi comunicada oficialmente sobre o bloqueio. Segundo a empreiteira, "de fato, os precatórios junto ao Governo do Estado de Alagoas existem, são créditos absolutamente legítimos e reconhecidos pelos Tribunais Superiores". A construtora reiterou que "sempre pautou suas atividades pela ética e pelo estrito cumprimento da legislação".

09 ABR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Câmara define comissão da maioria penal

Iolando Lourenço

Agência Brasil

Brasília - O deputado André Moura (PSC-SE) foi eleito ontem para presidir a comissão especial da Câmara que vai analisar o mérito das propostas de emenda à Constituição que propõem a redução da maioria penal. André Moura obteve 26 dos 27 votos dos integrantes da comissão. A designação do relator da proposta será feita pelo presidente do colegiado, na próxima quarta-feira.

O presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), compareceu à reunião de instalação da comissão, numa demonstração de apoio aos trabalhos do colegiado. Segundo ele, a PEC da redução da maioria penal está tramitando na Câmara há mais de 22 anos, e o Congresso precisa deliberar sobre o assunto. "Pior que não deliberar é esconder o debate", afirmou.

Ao assumir a presidência da comissão, André Moura prometeu que a comissão irá ouvir todos os lados, favoráveis e contrários à redução da maioria penal. "Vamos fazer um amplo debate sobre o tema."

Para a 1ª vice-presidência da comissão foi eleito o deputado Efraim Filho (DEM-PB), com 25 votos; para a 2ª

vice foi eleita a deputada Margarida Salomão (PT-MG), com 14 votos; e para a 3ª vice foi eleito o deputado Bruno Covas (PSDB-SP), com 25 votos. Só houve disputa para a 2ª vice, quando a deputada Margarida Salomão venceu o deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA), que conquistou 13 votos.

A PEC da redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93) teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última semana. No mesmo dia de sua aprovação, o deputado Eduardo Cunha criou a comissão especial para debater o mérito da proposta. À PEC 171 foram apensadas outras 38, que tratam do tema. Entre elas, há propostas para reduzir a maioria para 12 anos e outras que sequer estabelecem limite de idade.

A comissão especial instalada ontem terá até 40 sessões para debater o assunto, e o relatório será votado pela comissão e posteriormente pelo plenário da Câmara, em dois turnos de votação. Após a aprovação pelos deputados, a proposta será encaminhada ao Senado para apreciação. Para uma PEC ser aprovada são necessários os votos de pelos menos 308 deputados.

66

*Vamos fazer um amplo debate sobre o tema", diz deputado André Moura*

09 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Sassá Muteira de novo

Tivesse um assessoramento jurídico minimamente apto o secretário Mauro Ricardo Costa, da Fazenda, não enviaria expediente ao presidente do Tribunal de Justiça sugerindo cortes de R\$ 73 milhões em suas despesas. Na resposta, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, devolveu o ofício, lembrando que no regime de interdependência de poderes quem fala pelo Executivo é o governador. Embora isso possa ser metabolizado num plano diplomático é visível que Beto Richa nem de longe se disporia a tal proeza pela tradição de cordialidade reafirmada na montagem do desastroso Caixa Único e no acesso, atabalhoado e irresponsável, aos depósitos judiciais para driblar a crise que ocultava, bem como na sua condição atual, alvo de denúncias junto aos seus aliados que irão acabar justamente no Judiciário.

É possível que na sua visão tecnoburocrática até que o secretário tenha razão dadas também as concessões feitas ao Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas nos percentuais orçamentários. O legislativo tem sido camarada, aceitando tudo pela causa, inclusive o papelão de andar de camburão sem falar nas supostas generosidades do seu ex-presidente, Rossoni, ao devolver apreciáveis recursos ao Executivo.

Se no primeiro pacote, a Fazenda tentou cortar anuênios e quinquênios como se isso não constituísse garantia constitucional dos barnabés e ainda armar a jogada dos dois fundos na Paranaprevidência, agora nessa deselegância (e como isso pesa em nossas praxes como pecado mortal) do ofício ao Judiciário supera todos os limites e leva ainda por cima um cartão amarelo nada sutil.

Lançado como um espécie de Sassá Muteira da novela, o salvador da pátria, o secretário Mauro Ricardo Costa já acumulou falhas que certamente obscurecerão eventuais méritos que venha obter em seu trabalho de natureza técnica para o qual é inegavelmente qualificado por sua grade curricular.

09 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### 'Correição' na Receita Estadual

Três auditores da Receita Estadual de Londrina, entre eles um corregedor que se identificou apenas como Dimas, estiveram na sede do Ministério Público (MP), ontem. Visivelmente incomodados com a presença dos jornalistas que fazem o plantão no local em busca de informações sobre as investigações que apuram casos graves de corrupção, inclusive na Receita, eles revelaram que foram comunicar os promotores sobre a correição que está em andamento no órgão. Sem gravar entrevistas, disseram apenas que o procedimento é comum, embora tenha ligação direta com os problemas locais.

#### Oficina de Abi no TC

O corregedor-geral do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Durval Amaral, justificou a decisão que liberou a contratação da oficina Providence, de Cambé. No foco da operação Voldemort, a oficina do primo do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi Antoun, teria sido contratada pelo governo estadual de maneira fraudulenta. Antes da deflagração das investigações conduzidas pelo Gaeco, o TC havia suspenso a liminar que barrava a empresa. Amaral, relator do processo, negou fragilidade do tribunal na fiscalização dos contratos públicos no Estado. Em entrevista à Rádio Paiquerê AM, argumentou que o mérito ainda será analisado pelo Pleno.

#### 'Formalidade'

Durval Amaral reconheceu que o TC tem limitações para analisar as contas e os contratos realizados com o poder público no Paraná. "Existe o controle social. São muito importantes as denúncias feitas pelo cidadão, outros elementos como estes trazidos pelo Ministério Público, que pode se valer da delação premiada, da quebra o sigilo bancário, coisas que não são atribuição do Tribunal de Contas. O tribunal analisa a formalidade."

09 ABR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Ministro do STF

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou ontem ser "provável" que o novo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF) seja anunciado nesta semana. "É provável que saia nesta semana. Vamos aguardar. Ou final de semana ou início da semana que vem, (é provável) que saia", disse. No entanto, afirmou, "não tem um prazo, estamos avaliando". Cardozo é uma das pessoas mais próximas do processo de escolha do nome. O nomeação do novo ministro da corte Suprema vem sendo adiado pela presidente Dilma Rousseff desde o ano passado, quando Joaquim Barbosa se aposentou. A demora tem sido criticada por membros da corte e por políticos.

## AGENDA

### Direito Digital

Londrina - A OAB-Londrina, por meio da Comissão de Direito Digital, realiza no dia 6 de maio o 1º Simpósio de Direito Digital, com duas palestras que irão abordar a " Propriedade Jurídica dos softwares e suas consequências jurídicas, com Fernando Peres; e os "Desafios Jurídicos para novos empreendedores digitais", com Leonardo Serra de A. Pacheco. As palestras serão a partir das 19 horas, na sede da Subseção e as inscrições estão abertas. Inscrições e informações pelo e-mail [direitodigital@oablondrina.com](mailto:direitodigital@oablondrina.com) e telefone (43) 3294-5900. Será cobrada taxa de R\$ 10 para emissão do certificado.

## OPINIÃO DO LEITOR

### Redução da Maioridade Penal

Jacqueline Micali (Cartas, 7/4) está certa. Quero acrescentar que a maioridade penal, se reduzida, será reduzida para todos e para todo tipo de crime. Jovens agem mais motivados pela testosterona do que pela razão. Um menor que comete agressão numa briga por namorada e causa uma morte, que pega o carro escondido causando um acidente com vítimas é justo, é melhor que pague pelo seu erro numa cela superlotada? Sei que é duro ver livre quem cometeu violência, mas o melhor seria o menor responder como adulto ao praticar determinados crimes.

ILDO YUKIO MARUBAYASHI (agricultor) - Londrina

# GAZETA DO POVO

## “Fantasmas” simulavam para gerar ICMS, aponta investigação

Casos são apurados pela Operação Publicano, que culminou na prisão preventiva de 12 auditores fiscais do estado

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

Entre os diversos formatos do esquema supostamente montado por auditores fiscais, contadores e empresários para garantir a sonegação de impostos estaduais mediante o pagamento de propina estaria a criação de empresas “fantasmas”. Estas empresas teriam simulado transações comerciais para gerar créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Esse formato fez com que o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, Cláudio Esteves, tratasse o caso como “um sofisticado esquema de corrupção”. Esses casos são investigados dentro da Operação Publicano, que levou a Justiça a de-

cretar a prisão preventiva de 12 auditores fiscais (dez foram presos e dois estão foragidos).

O sistema montado para gerar créditos de ICMS a partir de transações comerciais que não existiram passaria pela criação de empresas “fantasmas” que, segundo os investigadores, foram criadas em nome de “laranjas”, mas que seriam ligadas a auditores fiscais. Segundo investigadores, essas empresas simulavam venda de mercadorias, mas entregavam apenas as notas fiscais. Como não havia fiscalização, as empresas “fantasmas” não pagariam o ICMS sobre a transação.

O ICMS não é cumulativo, ou seja, não pode ser cobrado mais de uma vez dentro da cadeia produtiva. O imposto pago nas transações anteriores é descontado na fase seguinte. Esses créditos seriam criados “artificialmente” pelas empresas “fantasmas”.

Em um único caso apurado pelo Gaeco, a empresa “fantasma” venderia R\$ 2 milhões por mês em notas fiscais para outra empresa que realmente opera no mercado. Como a alíquota de ICMS é de 18% para as mercadorias com que opera a empresa compradora das notas frias, essa transação gerava R\$ 360 mil mensais em créditos, que depois seriam usados pela empresa para pagar o imposto devido. Em um ano seriam R\$ 4,3 milhões em créditos, imposto que deixava de ser pago.

O Gaeco tem indícios de que as empresas “fantasmas” seriam ligadas a auditores.

### Prazo

O Ministério Público tem até esta sexta-feira (10) para apresentar a denúncia à Justiça contra os investigados. A avaliação é de que pelo menos 40 pessoas seriam denunciadas nessa primeira ação.

## PATRIMÔNIO

Os supostos envolvidos no esquema tiveram um aumento de patrimônio incompatível com o salário pago pelo estado, segundo reportagem da RPC TV. De acordo com as investigações, os auditores possuem imóveis e veículos de luxo que não poderiam ser comprados com o salário pago pelo estado.

CONTINUA

09 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Gabinete de secretária teria orientado contrato emergencial

¶ O gabinete da secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Nogar, teria feito uma intervenção direta para que o Departamento de Transporte Oficial (Deto) adotasse a contratação emergencial de uma oficina para fazer a manutenção dos veículos do governo do estado na região de Londrina. A informação é de um servidor do Deto.

O Ministério Público tem o depoimento do servidor, que afirma que esse foi o único contrato emergencial realizado para esse tipo de serviço e que o Núcleo de Londrina foi o único que adotou a medida. A empresa contratada foi a Providence Auto Center, investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e

que teria Luiz Abi Antoun, primo em sétimo grau do governador Beto Richa (PSDB), como o seu verdadeiro dono.

Até novembro do ano passado o serviço de manutenção da frota era feito pela Montavel, contratada desde 2009 por meio de processo licitatório. O contrato "tampão" seria necessário porque o governo estava mudando a forma de gerenciar a manutenção da sua frota: em vez de oficinas contratadas regionalmente, foi contratada apenas uma empresa, que gerencia o serviço.

A norma dentro do Deto é que nesses tipos de caso são feitas renovações em caráter excepcional com a empresa que já está prestando o serviço — no caso da região, a Montavel. Essa era a orientação inicial dada ao Deto para o caso da oficina de Londrina, até que o processo foi para o gabinete da secretária Dinorah Nogar e teria voltado de lá com a orientação para que fosse feito o contrato emergencial, uma exceção. (FS)

## OUTRO LADO

### Secretaria rebate depoimento de servidor

¶ A assessoria de imprensa da Secretaria de Administração e Previdência (Seap) divulgou nota afirmando que a pasta "não tem conhecimento das denúncias apontadas por investigação do Gaeco, visto não ter havido nenhuma notificação por parte do Ministério Público ou da Justiça". O texto reforça que as informações sobre denúncias têm chegado ao órgão "por intermédio da imprensa" e que, "desta forma, as respostas aos questionamentos realizados pela imprensa podem ser incompletos". A Seap prometeu se pronunciar sobre as denúncias quando for notificada e tiver acesso ao seu teor. A nota conclui que "diante da informação passada pelo *Jornal de Londrina* de que a lista com oficinas concorrentes ao contrato emergencial teria saído do gabinete, a secretária da Administração e da Previdência, Dinorah Botto Portugal Nogar, repele com veemência a declaração". (FS)



Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina: "sofisticado esquema de corrupção".

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### MP pede que licitação para manutenção da frota seja investigada

09 ABR 2015

O Ministério Público de Londrina está pedindo que a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Curitiba investigue a licitação vencida pela JMK Serviços para a manutenção da frota de veículos do governo do estado. A licitação foi encerrada em março e a previsão é de que o governo desembolse até R\$ 57 milhões pelo serviço. A JMK está credenciando cerca de 220 oficinas de todo o estado para prestar o serviço. O motivo do pedido de investigação é que a Providence Auto Center, segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foi contratada por uma licitação que teria sido fraudada. Conforme o Gaeco, a empresa pertence a Luiz Abi Antoun, primo em sétimo grau do governador Beto Richa (PSDB). Quem teria trabalhado para que a Providence fosse contratada seria o ex-diretor do Departamento de Transporte Oficial (Deto), Ernani Delicato, que também é réu na ação proposta pelo MP de Londrina no caso da Providence. Em entrevista ao Paraná TV Segunda Edição, telejornal da RPC, o promotor Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina, disse que a tentativa de credenciar a Providence é o que motivou o pedido para que a licitação seja investigada.

# GAZETA DO POVO

## CELSO NASCIMENTO

09 ABR 2015

### 100 dias de lambança

O governador Beto Richa completa amanhã 100 dias do seu segundo mandato — momento clássico para o primeiro balanço e também para esboçar (se possível!) o que os paranaenses podem esperar para os 1.360 dias que faltam para o término da gestão.

Estes pouco mais de três meses já transcorridos desde a posse são, de fato, tempo demasiadamente diminuto para que dele se exijam grandes realizações — mas já foi longo o bastante para que se produzissem lambanças de bom tamanho e muito raras na história do Paraná.

Os arquivos mostram que o segundo mandato de qualquer governante dificilmente consegue ser melhor que o primeiro. Tivemos Moysés Lupion como governador por duas vezes (1947 a 1951 e de 1956 a 1960), assim como, por duas vezes, o estado foi governado por Ney Braga (1961/64 e 1979/82) e Jaime Lerner (gestões consecutivas de 1995 a 2002). Roberto Requião é o recordista, com três mandatos: o primeiro de 1990 a 1994 e os dois últimos, consecutivos, de 2003 a 2010.

Os mais velhos — ou aqueles que queiram consultar livros de história — se lembram ou podem ficar sabendo que o Lupion do primeiro mandato deixou marcas importantíssimas para o Paraná, com obras ainda hoje visíveis pelo estado afora. Já o segundo mandato...

Com Ney Braga não foi diferente. Excelente na primeira gestão, apenas regular na segunda. Para Lerner o Paraná deve, em sua primeira temporada, uma virada importante no rumo da industrialização e a melhoria da infraestrutura rodoviária (apesar da escorchantes tarifa do pedágio). Já na segunda deixou a herança da privatização do Banestado e sua dívida impagável.

Requião só foi novidade nos anos 90, quando criou e deu prioridade a programas sociais de reconhecidos méritos, mas se tornou repetitivo e nada inovador nas duas administrações que comandou na primeira década dos anos 2000.

Com Beto Richa a história não se repetiu: foi mal já no primeiro mandato (culpa de perseguições políticas, segundo repete até hoje) e cumpre os primeiros 100 dias do segundo sofrendo os horrores financeiros que legou a si mesmo.

Os historiadores terão muita dificuldade para enumerar feitos importantes nos quatro anos iniciais de Richa. Não só por ausência de obras como, sobretudo, por não ter aberto horizontes estrategicamente palpáveis e definidores do

futuro. Aqui ou acolá, entre realizações pontuais e de pequena monta, registram-se meritorias contratações de policiais ou de professores, assim como atualizações salariais que favoreceram algumas categorias de servidores.

Mas o que de mais notável sobrou foi a desorganização das finanças estaduais e dívidas, muitas dívidas — de salariais com o funcionalismo a milhares de outras contraídas junto a pequenos fornecedores.

Por isso, em razão dos desacertos acumulados nos quatro anos anteriores, o quadriênio iniciado há 100 dias nasceu sob o signo de “pacotações” tributárias e de medidas erráticas tanto do ponto de vista técnico quanto do político. O que se viu até agora: aumento do ICMS para 95 mil itens de consumo; aumento abusivo do IPVA; tentativa de tungar na “marra” recursos da previdência dos servidores, etc. etc.

Pior: passaram a ser revelados problemas de ordem ética que já grassavam impunes e não contidos no primeiro mandato, dentre os quais o que envolveu o primo Luiz Abi, poderoso frequentador de gabinetes palacianos, em rumoroso caso de fraude em licitação. Sem falar dos desvios milionários de recursos públicos descobertos pelo Gaeco na Receita Estadual, nos quais se constatou a participação de amigos muito próximos do governador.

CONTINUA

09 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

Emblemáticas, também, neste início de segundo mandato, foram a greve que paralisou as escolas estaduais e outros setores públicos e as manifestações de protesto que eclodiram defronte o Palácio Iguazu e a Assembleia Legislativa.

A falta de habilidade política — ou o excesso de confiança no próprio “taco” — culminou no fiasco do “camburão” cedido pelo secretário da Segurança, para dentro do qual foram empurrados os deputados situacionistas que votariam o “pacotão”. Uma vergonha da qual o governo e a Assembleia não se recuperarão tão cedo.

Apesar de tudo, Richa mantém a promessa: “o melhor está porvir”. Ótimo: tomara que o pior já tenha acabado e que, de fato, os próximos 44 meses de 20 dias que restam do mandato sejam preenchidos apenas por boas notícias. O Paraná não merecia os 100 dias que já teve. Foi muita lambança para tão pouco tempo.

09 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### O relator e a condenação

**E**scolhido como relator do caso do deputado estadual Nelson Justus (DEM) na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, o parlamentar **Missionário Ricardo Arruda (PSC)**, já teve condenação judicial por irregularidades na gestão de um banco, revela o jornalista Rogerio Waldrigues Galindo, do blog Caixa Zero. Arruda foi diretor do Banco Metropolitano entre 1991 e 1995. Condenado pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, de São Paulo, em outubro de 2002, Arruda teve a pena de dois anos de reclusão sugerida pela relatora à época, a desembargadora federal Sylvia Steiner. A condenação, porém, já havia prescrito. O caso que gerou o processo ocorreu no início dos anos 90, quando o Banco de Crédito Metropolitano teria concedido empréstimos e adiantamentos a pessoas que, por lei, não poderiam recebê-los.

#### **PR x IPVA 1**

Um grupo considerável de parlamentares de oposição ao governador Beto Richa se reuniu nesta terça-feira (7) com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello para pedir apoio a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o reajuste de 40% na alíquota IPVA no Paraná. A Ação foi ajuizada pelos diretórios nacionais do PT e do PCdoB no dia 24 de março.

#### **PR x IPVA 2**

“Assim como alguns contribuintes estão conseguindo individualmente rever a cobrança do IPVA, usamos a mesma argumentação para buscar uma revisão coletiva”, explicou a senadora Gleisi Hoffmann (PT) que foi ao STF acompanhada do senador Roberto Requião (PMDB), dos deputados federais Enio Verri (PT), Zeca Dirceu (PT) e Aliel Machado (PCdoB), e do deputado estadual Nereu Moura (PMDB).

#### **Homenagem a Moro**

Um projeto de lei do vereador Chico do Uberaba (PMN) pode tornar o juiz Sergio Moro cidadão honorário da cidade de Curitiba. O vereador argumenta que Moro “prova que ainda existem brasileiros que não se vendem e nem temem os poderosos” e que “faz parte de uma rara safra de juizes que encaram a magistratura como uma profissão de fé”. Apesar de radicado em Curitiba, Moro é natural de Maringá – títulos de cidadania honorária são oferecidos apenas para pessoas que não são nascidas no município.

09 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

## Nome do novo ministro do STF segue em suspense

¶ O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o anúncio do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) deve sair entre o fim desta semana e o início da próxima. "É provável que saia esta semana. Pode ser que não saia. Vamos aguardar. Ou final desta semana ou início da semana que vem sai", disse o ministro ao deixar uma entrevista na coletiva na sede da Polícia Federal em Brasília.

A Suprema Corte tem uma de suas 11 cadeiras vagas há oito meses, desde que o ex-ministro Joaquim Barbosa se aposentou em agosto do ano passado.

Questionado sobre os motivos da demora na escolha, o ministro disse que "não há um prazo" e que o governo ainda está avaliando. Quanto ao critério de escolha, Cardozo afirmou que será indicado aquele candidato que tiver "melhor currículo, melhor nome, [e que seja] a pessoa ideal para exercício daquele cargo", disse.

Cardozo é um dos consultores da presidente Dilma Rousseff para indicações no Judiciário, além do presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, e do advogado e ex-deputado pelo PT Sigmaringa Seixas.

A presidente deu início às consultas para escolha do substituto de Barbosa entre o fim de fevereiro e o início de março, mas interrompeu o processo de indicação devido à chegada no STF de lista de parlamentares e autoridades investigadas no âmbito da Operação Lava Jato, o que criou um clima político ruim para a indicação. Estão entre os investigados os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Antes de assumir a vaga no STF, o nome indicado por Dilma deve ser aprovado pelo Senado.

Questionado sobre as dificuldades em escolher um nome para a vaga de Barbosa, Cardozo disse que "tem gente demais". Entre a lista de candidatos figuram pelo menos três nomes de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), advogados e acadêmicos, entre eles o tributarista Heleno Torres, e os professores Luiz Fachin e Clèmerson Clève, ambos do Paraná.

Além desses, estão o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho, e os ministros do STJ: Mauro Campbell, Luis Felipe Salomão e Benedito Gonçalves.

09 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

### Justiça barra construção de barracões em SJP por causa de manancial

Rodrigo Batista

¶ A Justiça suspendeu a construção de barracões para locação no bairro Guatupê, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A ação foi movida pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), que denunciou a construção do empreendimento em uma área de mananciais. A decisão, de segunda-feira (6), tem caráter liminar.

Na ação, o MP questionou que, além da construção ocorrer em uma área de manancial — o que resultaria em comprometimento para os recursos hídricos da região — São José dos Pinhais e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) teriam ignorado o fato de área ser uma unidade territorial de planejamento (UTP), o que exigiria uma vistoria técnica para autorizar a construção. Em caso de descumprimento da decisão, a multa diária será de R\$ 100 mil.

Procurado, o IAP informou que ainda não foi notificado da decisão. Já a prefeitura de São José não retornou.

09 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

# Queiroz Galvão tem R\$ 163 mi bloqueados

A Justiça Federal no Paraná, base da Operação Lava Jato, sequestrou R\$ 163 milhões da empreiteira Queiroz Galvão. A medida é relativa a um crédito de precatório da empreiteira junto ao Estado de Alagoas.

Perante a Justiça de Alagoas a empreiteira alegou não ter recebido o valor relativo a uma obra — o precatório ainda não foi pago à Queiroz Galvão. A decisão é do juiz Sergio Moro, que conduz as ações penais da Lava Jato. Ele ressaltou que como o valor ainda não está no caixa da construtora, o bloqueio não atingirá a liquidez da empresa.

Em novembro de 2014, Moro mandou confiscar valores dos executivos de todas as empreiteiras alvo da investigação no limite de R\$ 20 milhões de cada um. A decisão, naquela ocasião, não alcançou os ativos das empresas.

Moro destacou que, além das confissões de investigados, como o ex-diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa, “há outras provas, inclusive documental, contra as empreiteiras envolvidas no esquema fraudulento”. “Entre as empreiteiras envolvidas no esquema criminoso, encontrar-se-ia a Construtora Queiroz Galvão S/A e os respectivos dirigentes Ildefonso Colares Filho e Othon Zanóide de Moraes Filho”, anotou o magistrado na decisão. Segundo a Polícia Federal, as empresas do grupo teriam celebrado contratos com a Petrobras de R\$ 8,9 bilhões e mais US\$ 233,79 milhões.

## VACCARI

O ministro do STF Teori Zavascki concedeu nesta quarta-feira (8) liminar a João Vaccari Neto que permite que o tesoureiro do PT permaneça calado durante a sessão desta quinta-feira (9) da CPI da Petrobras. Vaccari também não será obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem risco de prisão em decorrência disso. No início da semana, interlocutores de Vaccari informaram que o tesoureiro estaria disposto a responder as perguntas dos deputados. Nesta quarta-feira, contudo, a defesa do tesoureiro recorreu para solicitar que Vaccari não seja ouvido na condição de testemunha, pois já é réu em processo da Lava Jato.

A empreiteira, por meio de sua assessoria de imprensa, ressaltou que “os precatórios junto ao governo de Alagoas existem, de fato” e que “são absolutamente legítimos”.

09 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» MATOU O PRÓPRIO PAI

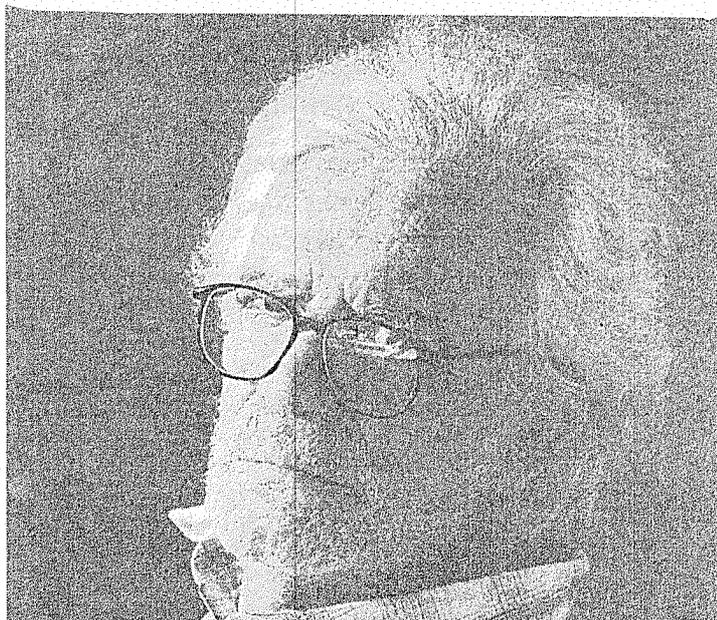
# Justiça absolve assassino de Eduardo Coutinho

Daniel Coutinho, filho da vítima, foi considerado inimputável após exame de insanidade mental

RIO DE JANEIRO

Agência O Globo

O juiz Fábio Uchôa Montenegro, da 1.ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, absolveu sumariamente, na quarta-feira (8), o réu Daniel de Oliveira Coutinho, submetendo-o à medida de segurança de internação em estabelecimento oficial para portadores de doença mental, pelo prazo mínimo de três anos. No dia 2 de fevereiro de 2014, Daniel assassinou o próprio pai, o cineasta Eduardo de Oliveira Coutinho, com golpes de faca. Ele ainda feriu sua mãe, Maria das Dores de Oliveira Coutinho, que conseguiu escapar se trancando no quarto de sua residência.



Coutinho foi morto pelo próprio filho, que sofre de doença mental

Na sentença, o magistrado considerou o réu inimputável, de acordo com o laudo da perícia no exame de insanidade mental a que foi submetido.

“O réu é inimputável, eis que portador de doença mental – Transtorno Esquizotípico –, uma vez que não era, ao tempo da ação,

inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, e era inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com este entendimento”, escreveu o juiz na sentença. O magistrado afirmou, ainda, que a medida de segurança de internação visa garantir a segurança da sociedade e do próprio réu.

09 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

» CONSTITUIÇÃO



Eduardo Cunha (centro) participou da instalação da comissão.

## 'Bancada da bala' definirá caminho da maioria

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

Dezoito dos 27 integrantes da comissão que debaterá na Câmara dos Deputados a proposta de emenda constitucional que impõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos fazem parte de duas frentes parlamentares consideradas conservadoras. O número é suficiente para aprovar o texto.

Quinze parlamentares são da Frente Parlamentar da Segurança Pública, mais conhecida como "bancada

da bala", e 12 da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Oito integram as duas bancadas.

A Comissão Especial criada na quarta-feira (8) para avaliar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 elegeu como presidente o deputado André Moura (PSC-CE), favorável à redução e integrante da bancada da bala. "Vamos agir como magistrados, independentemente da nossa opinião", prometeu o parlamentar. Questionado sobre a influência da bancada no de-

bate, ele afirmou que "posições individuais não prevalecerão sobre o colegiado".

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) foi eleito vice-presidente. A única petista escolhida para a mesa foi a deputada Margarida Salomão (MG), que é contra a medida. O tucano Bruno Covas (SP) será o segundo vice-presidente. Nove deputados disputam a vaga de relator, que será definida na próxima reunião. Hoje, alguns deputados defenderam que seja feito um referendo sobre o tema.

O presidente da Comissão disse na saída da reunião que o ritmo do debate será "o mais célere possível" e os trabalhos podem ser encerrados antes das 40 sessões previstas no regimento da Casa. No começo do debate, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também é favorável à redução, apareceu de surpresa no plenário e sentou-se no centro da Mesa Diretora para fazer um pronunciamento. "Pior do que não deliberar é esconder o debate", afirmou, recebendo aplausos dos colegas.

Em uma sessão tumultuada na semana passada, a proposta da redução passou por uma etapa difícil da tramitação. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) considerou a PEC, que tramita na Câmara desde 1993, constitucional.

## Lava Jato também é cultura 1

**A** mostra *Obras sob guarda do MON*, composta por 50 obras de arte apreendidas pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, será aberta ao público no próximo dia 14 no Museu Oscar Niemeyer. Entre elas estão três telas do pernambucano Cícero Dias (1907-2003); a obra "Roda de Samba", do carioca Heitor dos Prazeres (1898-1966); além de trabalhos de Di Cavalcanti, Iberê Camargo, Aldemir Martins, Claudio Tozzi, Daniel Senise, Amílcar de Castro, Carlos Vergara e Vik Muniz.

### Lava Jato também é cultura 2

O conjunto compõe o primeiro e segundo lotes entregues ao museu estadual pela PF. Outras 139 obras apreendidas estão passando pelo mesmo procedimento padrão do MON, de limpeza e conservação adequadas antes de serem expostas. No total, 203 obras apreendidas estão sob a guarda do museu até a decisão definitiva da Justiça Federal.

## COLUMNA DO LEITOR

### Maioridade penal 1

**N**a periferia, a maioridade já foi reduzida há muito tempo, pois o filho do trabalhador já trabalha, cuida da família e enfrentar a violência desde muito cedo (*Gazeta*, 8/4). Ao invés de discutir a redução da maioridade penal, deveríamos discutir o aumento da maioridade educacional. Para reduzir os índices de violência, devemos ter mais adolescentes nas escolas e com seus direitos sociais garantidos, e não na cadeia.

Vinicius Prado

### Maioridade penal 2

Defendo a redução da maioridade até para adolescentes com menos de 16 anos. Mas tal mudança só terá serventia quando pudermos crer que uma nova legislação penal não mais privilegiará a impunidade, e, por seu rigor, passará a dissuadir a prática do crime; que a tríade processual extirpará de seu seio todo e qualquer tipo de chicana; e quando dispormos de presídios humanos e operados por indivíduos competentes; e, por fim, quando toda essa credibilidade se enraizar também nas mentes criminosas reais e potenciais. O momento atual dispensa discussão e exige ação.

Gil Cordeiro Dias Ferreira, capitão-de-Mar-e-Guerra reformado e administrador

### Maioridade penal 3

Enquanto todos os direitos sociais de nossas crianças e adolescentes não forem devidamente respeitados, não podemos ficar discutindo a redução da maioridade penal. Além de desumano, é uma medida que nem de longe resolverá os problemas de segurança do nosso país e que destinará aos nossos jovens apenas um futuro: o encarceramento.

Vinicius Nogueira Torresan

### Maioridade penal 4

Todos contra a redução da maioridade penal têm discursos bonitos e ilustrativos. Se tivessem que ficar face a face com um desses adolescentes em conflito com a lei que ficam isentos de responsabilidades jurídicas, com certeza, iriam pensar de outra maneira.

Emerson Pugsley

## PORTADOR DE DEFICIÊNCIA ALL é condenada por discriminação em seleção de emprego

**O**A Justiça do Trabalho condenou a América Latina Logística (ALL), em Curitiba, a pagar R\$ 200 mil de indenização por danos morais coletivos devido à discriminação de candidatos a emprego, conforme o tipo de deficiência, e falhas relacionadas à acessibilidade nas instalações da empresa. A decisão é da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, da qual cabe recurso. A condenação resultou de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) a partir de denúncia de um funcionário da ALL que é deficiente físico com problemas de mobilidade. O MPT constatou que a empresa fazia uma pré-seleção dos currículos dos candidatos deficientes, eliminando antecipadamente os cadeirantes ou deficientes auditivos e visuais totais. Na análise do MPT, a prática era discriminatória e tentava minimizar os problemas de acessibilidade já existentes na ALL.

09 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

# Inclusão de tributos na base de cálculo do PIS e da Cofins

### ARTIGO

**GEROLDO AUGUSTO HAUER**, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br).  
Colaboração: Jorge Luiz Mazeto, G.A.Hauer Advogados Associados

A discussão a respeito da inclusão de tributos na base de cálculo do PIS e da Cofins está longe de ter um fim. Em que pese o STF ter decidido, em um caso isolado, que o ICMS não deve estar contido na base de cálculo das referidas contribuições, o que representa um importante precedente para os contribuintes, encontram-se ainda pendentes de julgamento o Recurso Extraordinário 240.785 (no qual foi reconhecida a repercussão geral) e a Ação Declaratória de Constitucionalidade 18, interposta pela União federal.

Porém, independentemente do desenrolar desses processos, a Fazenda, ao alterar, por meio da Lei 12.973/2014, o artigo 12 do Decreto-Lei 1.598/77, criou nova polêmica a respeito do

assunto. No referido dispositivo foi incluído o parágrafo 5º, cuja redação determina que: "Na receita bruta incluem-se os tributos sobre ela incidentes (...)". Assim, entende-se que, na formação das bases de cálculo do PIS e da Cofins, devem ser incluídos todos os tributos, ou seja, não só o ICMS e o ISS, mas também o próprio PIS e a Cofins. Vale lembrar que não integram as bases de cálculo das referidas contribuições o IPI, o ICMS Substituição Tributária e o PIS e a Cofins Substituição tributária.

Diante dessa alteração legislativa, surgem as seguintes questões: a previsão, agora expressa, da inclusão dos tributos especificados na base de cálculo do PIS e da Cofins é constitucional? E estaria resolvida a questão em favor da União a partir de janeiro de 2015?

O fato é que a inclusão do mencionado parágrafo traz pouco efeito prático, uma vez que, caso o STF decida pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da Cofins, a nova regra terá nascido morta. Porém, se a decisão for pela constitucionalidade da inclusão dos tributos nas suas próprias bases de cálculo, a alteração será inócua.

Independentemente da aplicabilidade ou não da nova regra, a questão a ser decidida pelo Supremo está centrada no fato de que os conceitos de direito privado não podem ser modificados pela legislação tributária, a teor do disposto no artigo 110 do Código Tributário Nacional. A infringência a esse comando é flagrantemente inconstitucional.

Veja-se que o conceito de Receita Bruta foi, há muito tempo, definido pelas normas contábeis, estando mais recentemente explanado no Pronunciamento CPC 30 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: "Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários".

Resta evidente que os impostos cobrados na fatura não são benefícios econômicos que irão gerar aumento do patrimônio líquido, uma vez que a entidade é mera repassadora aos cofres públicos (municipal, estadual e federal) dos valores cobrados.

Espera-se, portanto, que o STF resolva logo a questão em favor dos contribuintes, não apenas por uma questão de justiça, mas também como forma de simplificar um pouco o cambaleante e caótico sistema tributário brasileiro.

09 ABR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## 'Bancada da bala'

# definirá maioria

Frente Parlamentar da Segurança Pública e evangélicos ocupam 18 dos 27 lugares na comissão que analisará a redução para 16 anos

Pedro Vençeslau / BRASÍLIA

Dezoito dos 27 integrantes da comissão que debaterá na Câmara dos Deputados a proposta de emenda constitucional que impõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos fazem parte de duas frentes parlamentares consideradas conservadoras. O número é suficiente para aprovar o texto.

Quinze parlamentares são da Frente Parlamentar da Segurança Pública, mais conhecida como "bancada da bala", e 12 da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Oito integram as duas bancadas.

A Comissão Especial criada ontem para avaliar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 elegeram como presidente o deputado André Moura (PSC-CE), favorável à redução e integrante da bancada da bala. "Vamos agir como magistrados, independentemente da nossa opinião", prometeu o parlamentar. Questionado sobre a influência da bancada no debate, ele afirmou que "posições individuais não prevalecerão sobre o colegiado".

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) foi eleito vice-presidente. A única petista escolhida para a mesa foi a deputada Margarida Salomão (MG), que é contra a medida. O tucano Bruno Covas (SP) será o segundo vice-presidente. Nove deputados disputam a vaga de relator, que será definida na próxima reunião. Ontem, alguns deputados defenderam que seja feito um referendo sobre o tema.

O presidente da Comissão disse na saída da reunião que o ritmo do debate será "o mais célere possível" e os trabalhos podem ser encerrados antes das

40 sessões previstas no regimento da Casa. No começo do debate, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também é favorável à redução, apareceu de surpresa no plenário e sentou-se no centro da Mesa Diretora para fazer um pronunciamento. "Pior do que não deliberar é esconder o debate", afirmou, recebendo aplausos dos colegas.

Em uma sessão tumultuada na semana passada, a proposta da redução já passou pela etapa mais difícil da tramitação. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) considerou a PEC, que tramita na Câmara desde 1993, constitucional.

Agora, depois de encerrados os debates, o que pode durar até três meses, a proposta vai para votação em dois turnos no plenário da Câmara e no Senado. Caso seja aprovada, jovens de 16 anos ou menos poderão ser punidos criminalmente como adultos. A proposta avançou no Congresso graças a um acordo entre as bancadas da bala e evangélica. O governo e as bancadas de PT, PCdoB, PSOL e PPS tentaram derrubar a proposta.

O PMDB liberou a bancada, mas votou majoritariamente a favor da medida. Depois da aprovação pela CCJ, o PT prometeu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para travar a tramitação. Os juristas se dividem sobre a constitucionalidade da proposta. De um lado, nomes como Dalmo Dallari e Alexandre de Moraes consideram que a PEC fere cláusula pétrea, o artigo 60 da Constituição, que veda propostas que atinjam liberdades individuais. De outro, o ex-ministro do STF Carlos Velloso afirma que não se trata de uma cláusula pétrea.

09 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Lava Jato bloqueia R\$ 163 milhões da Queiroz Galvão

Decisão está relacionada a crédito de precatório estadual e é a primeira envolvendo empreiteira do cartel que atuou na Petrobrás

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

**Julia Affonso**

A Justiça Federal no Paraná, base da Operação Lava Jato, sequestrou R\$ 163,5 milhões da empreiteira Queiroz Galvão. O valor é relativo a um crédito de precatório da empreiteira no Estado de Alagoas. Esse dinheiro não é oriundo da prática de corrupção em contratos sob investigação da Lava Jato.

O Ministério Público Federal, porém, requereu o bloqueio alegando que a empresa tem R\$ 372 milhões a ressarcir aos cofres públicos, montante referente “ao porcentual de propina que teria sido pago aos diretores da Petrobrás, de 3%, sobre o valor dos contratos”.

É a primeira vez que o juiz Sérgio Moro, que conduz as ações penais da Lava Jato, bloqueia ativos de uma construtora sob suspeita de integrar cartel no esquema de corrupção na Petrobrás. A medida tem caráter liminar. Moro ressaltou que, como o valor do precatório ainda não está no caixa da construtora, o bloqueio não atingirá a liquidez da empresa.

Em novembro de 2014, quando deflagrou a sétima fase da Lava Jato – que mirou no braço empresarial do esquema de propinas na petrolífera –, Moro mandou confiscar valores dos executivos de todas as empreiteiras citadas no limite de R\$ 20 milhões de cada um.

A decisão, naquela ocasião, não alcançou os cofres das empreiteiras “sob pena de imediatos problemas de liquidez e de possível quebra das empresas”. Agora, decorridos quase cinco meses da sétima etapa da operação, Moro vê um cenário distinto. “O quadro é diferente, pois os valores do precatório não estão ainda disponíveis à construtora. O sequestro de valores a receber não afetará a liquidez já existente da empresa.”

A Operação Lava Jato revela que executivos de 16 empreiteiras pagavam propinas a diretores da Petrobrás e a políticos – pelo menos 50 deputados, senadores, ex-parlamentares, governadores e ex-governadores estão sob investigação por suspeita de terem recebido recursos ilícitos. “Respondem por esses valores tanto o agente público como o corruptor”, ressalta o juiz. “O montante total dos valores pagos em propinas a agentes públicos na Petrobrás ainda não foi sequestrado e a recuperação integral deles ainda é incerta”, escreveu Moro em sua decisão.

“A medida se justificaria na perspectiva da necessidade de reparar os danos provenientes do crime, pelo qual respondem corruptos e corruptores.”

O juiz decretou o confisco “sem oitiva da parte contrária pela iminência afirmada da liberação do precatório”.

Ele determinou que a presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas seja comunicada com urgência de sua decisão e

solicitou a formalização do sequestro do precatório.

**Créditos legítimos.** A Queiroz Galvão informou que não foi comunicada oficialmente sobre o bloqueio do precatório.

Em nota de sua assessoria de imprensa, a empresa informou. “De fato, os precatórios junto ao Governo do Estado de Alagoas existem. São créditos absolutamente legítimos, reconhecidos pelos Tribunais Superiores. A Queiroz Galvão reitera que sempre pautou suas atividades pela ética e pelo estrito cumprimento da legislação.”

09 ABR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Toffoli nega pedido para anular delação de doleiro

Talita Fernandes / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli negou ontem pedido de habeas corpus do diretor da Galvão Engenharia Erton Medeiros, cuja defesa tentava anular a validade da delação premiada do doleiro Alberto Youssef, homologada na Corte pelo ministro Teori Zavascki. Para Toffoli, o recurso contrariava jurisprudência do STF.

O pedido da defesa de Medeiros foi protocolado na segunda-feira pelo advogado José Luis Oliveira Lima. Para Toffoli, porém, o recurso era “manifestamente incabível”, de acordo com os precedentes do STF. “A jurisprudência da Corte não tem admitido o habeas corpus originário para o Pleno contra ato de seus ministros ou de outro órgão fracionário da Corte”, escreveu o relator do recurso.

Embora os casos relacionados à Operação Lava Jato no STF sejam geralmente distribuídos a Zavascki, que é o relator do processo na Corte, esse habeas corpus foi distribuído por meio de sorteio a Toffoli. A defesa do executivo incluiu Zavascki como coautor da ação pelo fato de o ministro ter homologado a delação de Youssef.

**Paroêter.** No habeas corpus, a defesa havia anexado um parecer do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, no qual ele questionava o fato de Youssef ter firmado e desrespeitado um acordo de

delação premiada no processo relativo ao escândalo do Banes-tado, o que resultou em sua prisão preventiva.

O ex-ministro do STJ cita que a sentença condenatória de Youssef pela quebra do acordo é de 17 de setembro de 2014 e que a nova delação foi assinada em 24 de setembro.

“Frise-se, sete dias após a prolação da sentença onde consta a quebra do acordo anterior. Os fatos estão intimamente ligados e muito próximos no tempo”, escreveu Dipp no parecer. “Não é válido e eficaz o novo acordo, como também quaisquer atos dele decorrente.”

09 ABR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

Sônia Racy

## À francesa

Apoiadores de Cesare Battisti protocolaram ontem no CNJ representação contra a juíza Adverci Rates, que determinou a deportação do italiano no início do mês.

O grupo pede à corregedora Nancy Andrichi que analise a ação da juíza, por ele tida como “tendenciosa” e com “motivação política e não jurídica”.

## À francesa 2

Foi anexada ao pedido cópia de entrevista do procurador Vladimir Aras ao jornal italiano *L'Indro*, na qual ele admite que a intenção da PF era levar Battisti ao aeroporto e deportá-lo para a França – que tem “mandato de imediata extradição” do italiano.

## Supremo acordo

No momento em que o Congresso discute a terceirização, os presidentes das principais centrais sindicais – CUT, Força Sindical e UGT – reúnem-se hoje com Ricardo Lewandowski, presidente do STF. Levaram posição contrária à precarização das condições de trabalho.

## Felicidade

A felicidade não tem dono. Foi mais ou menos isso que decidiu o desembargador Cláudio Godoy, do TJ paulista, ao negar o pedido do grupo Pão de Açúcar, que acusava o Magazine Luiza de concorrência desleal.

O supermercado queria proibir a concorrente de usar expressões do tipo “vem pra ser feliz”, alegando que já usa outra, “lugar de gente feliz”. O desembargador entendeu que “ser feliz” não cabe na lei de Direitos Autorais.

## Liminar permite que Vaccari fique calado em CPI

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki concedeu ontem liminar ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, pela qual o autoriza a ficar calado hoje, em depoimento à CPI da Petrobrás na Câmara. A decisão também dispensa o petista de assinar compromisso de dizer a verdade, evitando uma

## Filho de cineasta é absolvido por matar pai

Daniel de Oliveira Coutinho, de 41 anos, que matou o próprio pai, o cineasta Eduardo Coutinho, de 81, em fevereiro de 2014, foi absolvido sumariamente ontem pela Justiça do Rio, que o considerou inimputável. Segundo laudo, Daniel sofre de transtorno esquizotípico, espécie de doença mental. Ele foi condenado a medida de segurança que o obriga a ser internado por, no mínimo, três anos.

eventual ordem de prisão por parte da comissão.

No início da semana, interlocutores de Vaccari disseram que ele estaria disposto a responder aos deputados. Ontem, porém, a defesa foi ao Supremo solicitar que o tesoureiro não seja ouvido como testemunha, pois já é réu em processo da Operação Lava Jato.

“Para que o paciente possa exercer livremente seu direito constitucional contra a autoincriminação, não pode ser ouvido na CPI como testemunha, que tem a obrigação de assinar termo de compromisso”, alegaram os advogados.

09 ABR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Polícia pressiona jornalistas a abrir fontes

No Paraná, repórteres são constantemente intimados para depor sobre reportagens

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Jornalistas do Paraná que participaram de reportagens sobre irregularidades na polícia local têm sido intimados pela corporação a prestarem depoimentos sobre suas apurações. Os profissionais são pressionados a revelarem os nomes de suas fontes.

Na semana passada, um repórter convocado a depor desabafou sobre o caso nas redes sociais, o que gerou uma mobilização na categoria.

Segundo o Sindicato dos Jornalistas do Paraná, pelo menos cinco profissionais já foram intimados a falarem sobre suas fontes, tanto pela Polícia Militar quanto pela Civil.

Quatro deles trabalham no jornal "Gazeta do Povo". Eles foram responsáveis por uma série de reportagens, em 2012, que denunciou o uso de carros oficiais para fins particulares por policiais.

A prática tem ocorrido há cerca de dois anos. Os quatro já foram chamados a depor cerca de 20 vezes, sobre estas e outras reportagens.

O inquérito para o qual são convocados normalmente apura a irregularidade denunciada. O foco do interrogatório, dizem os repórteres, é descobrir os informantes.

"Ficou evidente, pela forma como os depoimentos foram conduzidos", diz o jornalista Mauri König, 49, que coordenou a série. "É uma postura corporativista e uma clara intimidação. Quem perde com isso é a sociedade."

Em alguns casos, policiais

denunciados acompanhavam o depoimento. "É um constrangimento não só para nós, mas para as fontes", afirma Diego Ribeiro, 34, chamado a depor quatro vezes.

Numa das oitivas, um policial, suspeito de ser o informante, chegou a ser levado à sala e apontado pelo militar que conduzia o interrogatório: "É ele sua fonte?"

"Foi uma aberração", diz o repórter Felipe Aníbal, 33. Neste caso, o inquérito foi aberto exclusivamente para apurar o vazamento.

"Medo, eu não tenho, mas me dá uma certa indignação. Eles não estão querendo investigar ou punir. É só uma caça às bruxas", diz o repórter-fotográfico Albari Rosa, 49, que depôs sobre um policial que usou o carro oficial para ir ao supermercado.

A quinta jornalista interrogada era repórter do jornal "Metro Curitiba", chamada para revelar a fonte de uma reportagem sobre o inquérito contra a médica Virginia Souza, acusada de abreviar a vida de pacientes na UTI.

Os jornalistas têm recorrido ao direito constitucional de sigilo da fonte. Advogados dos jornais acompanham os depoimentos.

Em nota, a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) declarou que a ação "atenta diretamente contra a imprensa brasileira". "As polícias devem dedicar seu tempo e efetivos a identificar e punir os agentes cujas contravenções foram alvo de reportagens — e não os informantes", afirmou.

09 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Juiz bloqueia R\$ 163 mi de empreiteira sob investigação

É a primeira vez que Moro ordena o sequestro de valores de uma construtora suspeita de integrar esquema de corrupção

**Magistrado afirma que há documentos que indicam a participação da Queiroz Galvão nos desvios na Petrobras**

**FLÁVIO FERREIRA**  
ENVIADO A CURITIBA

O juiz federal Sergio Moro determinou o bloqueio de um crédito de R\$ 163 milhões que a construtora Queiroz Galvão, investigada na Operação Lava Jato, tem a receber do governo do Estado de Alagoas.

É a primeira vez que Moro determina o sequestro de valores de uma empreiteira acusada de participação no esquema de corrupção descoberto na Petrobras. Anteriormente, o juiz só havia autorizado o bloqueio de bens de executivos das companhias.

Meses atrás, o Ministério Público Federal pediu o sequestro de ativos das empresas, mas Moro negou os pedidos, alegando que a medida afetaria a saúde financeira das empreiteiras, causando "problemas de liquidez e de possível quebra das empresas".

A época, ele argumentou que o bloqueio teria impactos significativos em terceiros, já que as maiores empreiteiras do país tinham diversas obras públicas espalhadas no território nacional. "Melhor focar, no presente momento, a recuperação dos ativos sobre os dirigentes responsáveis pelos crimes, sem

prejuízo de futuras medidas contra as empresas", disse.

Em março, o Ministério Público Federal pediu o bloqueio de um precatório no valor de R\$ 163 milhões que a Queiroz Galvão tem a receber do governo de Alagoas por causa de uma antiga disputa judicial. A dívida do governo de Alagoas não tem nenhuma ligação com os negócios da empreiteira com a Petrobras.

Ao concordar com o pedido nesta segunda-feira (6), Moro afirmou que a situação é diferente, porque os valores ainda não estão disponíveis para a construtora e o bloqueio do dinheiro não afetará a liquidez da empresa.

Em novembro do ano passado, dois executivos da Queiroz Galvão, Ildelfonso Colares Filho e Othon Zanoide de Moraes Filho, foram presos em caráter temporário e liberados após cinco dias de detenção.

A Justiça Federal abriu no fim do ano ações penais contra executivos de seis empreiteiras associadas ao esquema de corrupção na Petrobras, mas até agora o Ministério Público Federal não propôs nenhuma ação contra a Queiroz Galvão e os seus diretores.

Segundo a Polícia Federal, as investigações sobre a atuação da empresa nos crimes investigados pela Operação Lava Jato ainda não acabaram.

## CONSULTORIA

Na decisão em que mandou bloquear o dinheiro da empreiteira, Moro afirmou que há documentos encontrados nas buscas da Lava Jato que indicam a participação da Queiroz Galvão no esquema de corrupção na estatal.

O juiz mencionou quatro notas fiscais emitidas por empresas de fachada do dileiro Alberto Youssef para o Consórcio Ipojuca Interligações, integrado pela Queiroz Galvão e pela companhia Iesa, no valor total de R\$ 1,3 milhão.

O magistrado citou também um contrato de consultoria assinado entre a Queiroz Galvão e a empresa do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, com data de março de 2013, no valor de R\$ 600 mil.

De acordo com o juiz, "o próprio Paulo Roberto reconheceu que esses contratos destinavam-se a disfarçar o repasse a ele de propinas cu-

jo pagamento havia ficado pendente e que os serviços não teriam, total ou parcialmente, sido prestados". Costa e Youssef também apontaram a Queiroz Galvão como participante do esquema.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 ABR 2015

## QUEM JÁ FOI ALVO DA PF

As empreiteiras atingidas pela Operação Lava Jato

Empreiteiras*	Executivos presos	Executivos soltos	Delatores
OAS	4 	-	-
Camargo Corrêa	1 	2 	2 
Queiroz Galvão	-	2 	-
Galvão Engenharia	2 	-	-
Mendes Júnior	1 	-	-
Engevix	1 	2 	-
Toyo-Setal	-	-	2 
Iesa	-	2 	-

## VALOR COBRADO EM AÇÕES CIVIS, EM R\$ MILHÕES

OAS	 989
Camargo Corrêa	 845 (Camargo + Sanko)
Queiroz Galvão	-
Galvão Engenharia	 1.059
Mendes Júnior	 1.044
Engevix	 539
Toyo-Setal	-
Iesa	-

\*Odebrecht e Andrade Gutierrez, embora tenham sido citadas em depoimentos de delatores do esquema, ainda não foram denunciadas pelo Ministério Público

## Empresa diz que não foi avisada da decisão de Moro

A decisão de bloqueio do crédito de R\$ 163 milhões da Queiroz Galvão tem um caráter liminar. Ainda cabe recurso ao TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região.

Em nota, a empreiteira Queiroz Galvão informou que não foi comunicada oficialmente sobre o bloqueio determinado pelo juiz.

Segundo a empreiteira, “de fato, os precatórios junto ao governo do Estado de Alagoas existem, são créditos absolutamente legítimos e reconhecidos pelos tribunais superiores”.

A construtora reiterou que “sempre pautou suas atividades pela ética e pelo estrito cumprimento da legislação”.

Na sétima fase da Lava Jato, deflagrada em novembro, foi decretada a prisão temporária (com duração de cinco dias) de dois executivos da Queiroz Galvão: Ildelfonso Colares Filho e Othon Zanoide de Moraes Filho.

Após o fim do prazo de detenção, os dois diretores foram liberados.

A Justiça Federal já abriu ações penais contra executivos de seis empreiteiras associadas ao esquema de corrupção existente na Petrobras, mas até o momento o Ministério Público não propôs nenhuma ação contra a Queiroz Galvão e seus diretores.

A Polícia Federal afirmou que as investigações sobre a atuação da construtora nos crimes investigados pela Operação Lava Jato ainda não foram concluídas.

09 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

## Ministro rejeita pedido para anular delação de doleiro

Dias Toffoli, do STF, nem analisou parecer de Dipp sobre ilegalidade de delação de Youssef

SEVERINO MOTTA  
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli rejeitou nesta quarta(8) um pedido feito pela defesa do diretor da Galvão Engenharia, Erton Medeiros, para anular a delação premiada do doleiro Alberto Youssef na Operação Lava Jato.

Toffoli não analisou o mérito do pedido. Disse que o tipo de recurso —um habeas corpus— não era cabível.

O advogado Jose Luis Oliveira Lima informou que recorrerá para que os demais ministros se manifestem.

No pedido, ele enviou um parecer do ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp dizendo que a delação não teria validade pois o doleiro já havia firmado e descumprido um outro acor-

do de delação premiada, no caso do Banestado —informação omitida do pacto atual.

Especialistas em lavagem de dinheiro, Dipp defendeu que o acordo é ilegal e que provas coletadas a partir dele são “imprestáveis”. Sustentou que falta credibilidade a Youssef, já que ele omitiu informações à Justiça antes.

Para o advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, o acordo, homologado pelo ministro Teori Zavascki, não tem problemas. “O acordo atual engloba o anterior. Acho que o ministro (Dipp) deveria estudar melhor o caso antes de sair por aí vendendo parecer.”

Segundo Basto, não há impeditivo para alguém que rompeu um acordo no passado fechar um novo pacto.

Colaborou MARIO CESAR CARVALHO, de São Paulo

## PAINEL

**Concílio 1** José Eduardo Cardozo (Justiça) consultou Ricardo Lewandowski sobre nomes para a vaga no STF.

**Concílio 2** Segundo auxiliares de Dilma, o presidente da corte manteve a lista com os advogados Luiz Fachin e Marcus Vinicius Coelho (OAB) e os ministros Luis Salomão e Benedito Gonçalves, do STJ. Incluiu ainda Heleno Torres, fora do páreo.

## PAINEL DO LEITOR

### Majoridade penal

Causa perplexidade a presidente Dilma ter opinado contra a redução da maioria penal (“Presidente opina contra redução da maioria penal”, “Poder”, 8/4). Os “apenas” 10% de crimes cometidos por menores não são argumento para defender a impunidade de menores: a redução não atingirá os adolescentes que cumprem a lei penal. Quem respeita a lei jamais será atingido pela redução.

NELI APARECIDA DE FARIA,  
advogada (São Paulo, SP)

09 ABR 2015

# BEMPARANÁ

## STF rejeita pedido para anular delação de Youssef

Recurso foi apresentado por defesa de diretor de  
empreiteira envolvido na operação Lava Jato

“A jurisprudência da Corte não tem admitido o habeas corpus originário para o Pleno contra ato de seus ministros ou de outro órgão”.

do ministro  
Dias Toffoli

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli negou ontem, um pedido de habeas corpus do diretor da Galvão Engenharia Erton Medeiros sob a justificativa de que o pedido contraria a jurisprudência da Suprema Corte. Em recurso protocolado no Supremo na última segunda-feira, a defesa de Medeiros questionava o valor legal da delação do doleiro Alberto Youssef e sua homologação pelo ministro Teori Zavascki no STF. Toffoli, relator do HC, considerou o recurso “manifestamente incabível”, citando precedentes do STF. “A jurisprudência da (Suprema) Corte não tem admitido o habeas corpus originário para o Pleno contra ato de seus ministros ou de outro órgão fracionário da Corte”, escreveu o ministro.

Embora os casos relacionados à Lava Jato no STF sejam geralmente distribuídos ao ministro Teori Zavascki, que acumula a relatoria da Operação no Tribunal, esse caso foi distribuído por meio de sorteio a Dias Toffoli já que a defesa de Medeiros colocou Zavascki como coautor da ação, já que ele homologou a delação de Youssef no Supremo.

O pedido foi apresentado pelo advogado José Luiz Oliveira Lima (Juca) que anexou ao HC um parecer do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, contestando a legalidade do acordo de delação premiada firmado por Youssef com o Ministério Público Federal (MPF). No parecer, Dipp questiona o fato de Youssef já ter firmado anteriormente um acordo de delação premiada, no âmbito do escândalo do Banestado, que foi quebrado por ele, resultando em sua prisão preventiva. O ex-ministro cita que a sentença condenatória de Youssef, por ter quebrado o acordo de delação no caso Banestado é de 17 de setembro de 2014 e que o novo acordo de delação foi assinado em 24 de setembro do ano passado. “Frise-se, sete dias após a prolação da sentença onde consta a quebra do acordo anterior. Os fatos estão intimamente ligados e muito próximos no tempo”, escreveu Dipp. “Não é válido e eficaz o novo acordo, como também quaisquer atos dele decorrente”, escreveu o ex-ministro.

**Inquéritos** - Os acordos de delação premiada firmados pelo doleiro Alberto Youssef e

do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa deram origem a 26 inquéritos no STF e outros dois no STJ. Após as delações terem sido homologadas pelo Supremo entre setembro e dezembro do ano passado, procuradores do Ministério Público Federal (MPF) trabalharam entre janeiro e fevereiro formulando os pedidos de abertura de inquérito e arquivamento apresentados aos tribunais no início de março. O caso agora está em processo de diligências, conduzidas pela Polícia Federal, com o objetivo de fundamentar ou refutar a oferta de denúncia contra as autoridades citadas pelo delatador pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

### EM ALTA

O juiz federal **SÉRGIO MORO**, responsável pelos processos da Operação Lava-Jato, pode se tornar Cidadão Honorário de Curitiba. O projeto de lei do vereador Chico do Uberaba (PMN) propõe a titulação. Formado em Direito pela UEM, Sérgio Moro tornou-se juiz federal em 1996.

09 ABR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Toffoli arquiva pedido para anular depoimentos de doleiro da Lava Jato

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli arquivou ontem pedido de anulação dos depoimentos de delação premiada do doleiro Alberto Youssef, principal delator do esquema de corrupção investigado pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. Toffoli entendeu que não é cabível habeas corpus contra decisão de outro ministro da Corte.

O pedido de anulação foi formulado pela defesa do Erton Medeiros, executivo da empreiteira Galvão Engenharia, que está preso em Curitiba desde novembro do ano passado. Os advogados de Medeiros alegam que as declarações de Youssef não têm validade porque o acusado quebrou acordo de delação em um dos processos do esquema de corrupção conhecido como Caso Banestado.

Desde os primeiros recursos da Lava Jato, no ano passado, o ministro Teori Zavascki está responsável pela relatoria dos processos dos investigados. No entanto, o pedido de anulação foi distribuído eletronicamente a Toffoli, porque o recurso tentava derrubar a validade das delações homologadas por Zavascki.

Em setembro do ano passado, Youssef foi condenado a quatro anos e quatro meses de prisão por corrupção ativa em uma das ações penais do Caso Banestado. A denúncia foi proposta pelo Ministério Público Federal,

em 2003, mas foi suspensa em função de um acordo de delação premiada. Como Youssef voltou a cometer os crimes investigados na Operação Lava Jato, o acordo foi quebrado e a ação voltou a tramitar neste ano.

De acordo com a sentença, ficou provado que Youssef fez um empréstimo fraudulento de U\$S 1,5 milhão no Banco do Estado do Paraná por meio do pagamento de propina ao então diretor Institucional do banco, em 1998.

### **STF REJEITA REGIME ABERTO PARA CONDENADO NO MENSALÃO**

*O STF rejeitou ontem pedido do ex-deputado Romeu Queiroz para progredir para o regime aberto e cumprir o restante da pena em casa. Em 2013, Queiroz foi condenado a seis anos e seis meses por corrupção e lavagem de dinheiro na Ação Penal 470, o processo do mensalão. Por 7 votos a 1, os ministros entenderam que, embora preencha os requisitos para passar para o regime aberto, ele precisa pagar cerca de R\$ 1,2 milhão.*